Faculdade de Letras**Despacho (extracto) n.º 25 783/2007**

Por despacho de 11 de Outubro de 2007 do director da Faculdade de Letras, proferido por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi concedida equiparação a bolseiro fora do País à Doutora Amélia Maria Polónia da Silva, professora associada desta Faculdade, no período de 14 a 17 de Novembro de 2007.

22 de Outubro de 2007. — O Director, *Jorge Fernandes Alves*.

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**Despacho n.º 25 784/2007**

Por despacho de 19 de Setembro de 2007 da presidente do conselho directivo, Prof.ª Doutora Orlanda Maria Silva Rodrigues da Cruz, proferido por delegação, foi constituído, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho, pela forma seguinte o júri de reconhecimento de habilitações estrangeiras em Ciências da Educação, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, requerido pelo licenciado Francisco das Chagas de Loiola Sousa:

Presidente — Doutora Helena Costa Gomes de Araújo, professora catedrática da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutor António Gomes Alves Ferreira professor associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Doutora Margarida Maria P. S. Louro Felgueiras, professora associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

17 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Manuel F. R. Neves*.

Despacho (extracto) n.º 25 785/2007

Por despacho de 24 de Outubro de 2007 da presidente do conselho directivo da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, por delegação de competências do reitor da Universidade do Porto, foi à Doutora Margarida Maria Pereira dos Santos Louro Felgueiras, professora associada desta Faculdade, concedida a equiparação a bolseiro fora do País de 26 de Outubro a 11 de Novembro de 2007.

25 de Outubro de 2007. — O Director de Serviços, *Manuel F. Rocha Neves*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**Faculdade de Arquitectura****Despacho n.º 25 786/2007**

Por despacho do presidente do conselho directivo de 1 de Agosto de 2007, proferido por delegação de competências, foi contratado por urgência conveniência de serviço, como assistente convidado a 100% além do quadro desta Faculdade, o arquitecto José Vítor de Almeida Florentino Correia, a partir de 1 de Agosto de 2007. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco José Gentil Berger*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO**Despacho (extracto) n.º 25 787/2007**

Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 28 de Setembro de 2007, foi celebrado com a mestre Ana Sofia Alves Tavares Nunes contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, em regime de tempo parcial e acumulação, por urgente conveniência de serviço, para a Escola Superior de Educação deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a 1 de Outubro de 2007 e termo em 22 de Fevereiro de 2008.

22 de Outubro de 2007. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 25 788/2007

Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 14 de Setembro de 2007, foi celebrado com a licenciada Maria Inês Marques Vicente Lopes contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial e acumulação, por urgente conveniência de serviço, na Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a 15 de Setembro de 2007 e termo a 15 de Julho de 2008.

25 de Outubro de 2007. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

Despacho (extracto) n.º 25 789/2007

Por despacho da presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco de 14 de Setembro de 2007, foi celebrado com a licenciada Marisa Sofia dos Santos Marques contrato administrativo de provimento como equiparada a assistente, em regime de tempo parcial e acumulação, por urgente conveniência de serviço, na Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, deste Instituto, auferindo o vencimento mensal previsto na lei geral para a respectiva categoria, com efeitos a 15 de Setembro de 2007 e termo a 31 de Janeiro de 2008.

25 de Outubro de 2007. — A Administradora, *Otilia Madalena Ramos Neves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**Despacho (extracto) n.º 25 790/2007**

No âmbito do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e por força do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por despacho de 20 de Setembro de 2007, foi autorizada, após bom cabimento de 7 de Agosto de 2007, a renovação da contratação, nos termos dos artigos 8.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, em regime de contrato administrativo de provimento, na equiparação à categoria de equiparado a professor-adjunto no Departamento Engenharia Electrotécnica, em regime de tempo integral, da carreira docente do ensino superior politécnico, no Instituto Superior de Engenharia deste Instituto, do mestre João Carlos Gonçalves Silvestre, pelo período com início a 1 de Outubro de 2007 e término a 30 de Setembro de 2009, ficando, mensalmente, a ser remunerado pelo valor do escalão 2, índice 195.

1 de Outubro de 2007. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 25 791/2007

No âmbito do artigo 9.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, e por força do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Prof. Doutor José Manuel Torres Farinha, de 17 de Agosto de 2007, foi autorizada a renovação da contratação, em regime de contrato administrativo de provimento, na equiparação à categoria de professor-adjunto, área científica de Marketing, em regime de tempo integral e em dedicação exclusiva, da carreira docente do ensino superior politécnico, nos termos dos artigos 8.º, 12.º, n.ºs 1 e 2, e 13.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital deste Instituto, com o mestre Nuno Miguel Fortes Fonseca Santos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007 e até 30 de Setembro de 2009, ficando o docente a ser remunerado mensalmente pelo valor correspondente ao índice 230, conforme opção de vencimento do próprio a exercer o cargo de director daquela Escola nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 245/91, de 6 de Julho.

22 de Outubro de 2007. — O Administrador, *Artur Manuel Quintas Cardoso Furtado*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo****Edital n.º 979/2007****Abertura de concurso para admissão à candidatura ao III Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (CPLEESMO) — 2008-2010**

1 — Condições de abertura — podem candidatar-se à matrícula e inscrição os enfermeiros que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

a) Ser titular do grau de licenciatura em Enfermagem ou equivalente legal;

- b) Ser detentor do título profissional de enfermeiro;
 c) Ter pelo menos dois anos de experiência profissional como enfermeiro.

2 — Número de candidatos a admitir e contingentes — são fixadas 15 vagas para o curso, a distribuir pela ordem dos contingentes a seguir apresentados:

2.1 — Contingentes especiais (45 % — sete vagas):

a) Vagas afectadas prioritariamente a candidatos oriundos de instituições com as quais a Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo haja firmado protocolos (25 % — quatro vagas):

Centro Hospitalar do Alto Minho, E. P. E. — uma vaga;

Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo — uma vaga;

Maternidade de Júlio Dinis, Porto — uma vaga;

Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E. P. E. — uma vaga;

b) Vagas afectadas prioritariamente a candidatos que desenvolvem a sua actividade profissional principal e com carácter de permanência em instituições sedeadas no distrito de Viana do Castelo e concelho de Barcelos (20 % — três vagas).

Nota. — As vagas não ocupadas pelos contingentes especiais revertem em vagas do contingente geral.

2.2 — Contingente geral (55 % — oito vagas):

a) Vagas afectadas prioritariamente a candidatos que desenvolvem a sua actividade profissional principal e com carácter de permanência em instituições de cuidados de saúde primários (27,5 % — quatro vagas);

b) Vagas afectadas prioritariamente a candidatos que desenvolvem a sua actividade profissional principal e com carácter de permanência em instituições de cuidados de saúde diferenciados (27,5 % — quatro vagas).

3 — Horário de funcionamento do curso:

3.1 — Componente curricular de formação teórica:

Quarta-feira e quinta-feira — sete horas e meia/dia;

Sexta-feira — cinco horas.

O horário será definido em função de especificidades dos semestres. Pode haver, esporadicamente, alteração dos dias definidos.

3.2 — Componente curricular de formação clínica (estágios) — em período de estágios o horário (trinta e cinco horas/semana) será organizado em função dos projectos de formação.

4 — Validade do concurso — o concurso é válido apenas para a matrícula e inscrição para o III CPLEESMO.

5 — Candidatura:

5.1 — A candidatura é formulada em requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo, nos termos do n.º 5.5 deste edital.

5.2 — O requerimento deve ser obrigatoriamente acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cédula profissional ou certificado de inscrição na Ordem dos Enfermeiros;

b) Certidão comprovativa da titularidade do grau de licenciado em Enfermagem ou equivalente legal, indicando a respectiva classificação final;

c) Certidão comprovativa do tempo de serviço e experiência profissional como enfermeiro;

d) Currículo profissional e académico estruturado e apresentado de acordo com as instruções e através dos modelos de impressos fixados (anexo 1);

e) Fotocópia do bilhete de identidade e de contribuinte fiscal.

5.3 — Os requerentes que tenham obtido o grau de licenciado, a que se refere a alínea b) do número anterior, na Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo estão dispensados da entrega da certidão aí referida.

5.4 — Os requerentes que tenham obtido o grau de licenciatura, a que se refere a alínea b) do n.º 5.2 do presente edital, por equivalência concedida ao abrigo do n.º 1 ou do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 100/90, de 20 de Março, instruem o requerimento de candidatura igualmente com documento comprovativo:

a) Da classificação do curso de enfermagem geral ou equivalente legal;

b) Da classificação dos cursos de que sejam titulares, de entre os seguintes:

Curso de especialização em Enfermagem (Decreto-Lei n.º 265/88, de 16 de Junho);

Curso de pedagogia e administração para enfermeiros especialistas (Portaria n.º 681/82, de 8 de Julho);

Curso de enfermagem complementar (Decreto-Lei n.º 38 884, de 28 de Agosto de 1952).

5.5 — O requerimento e os respectivos documentos de candidatura devem ser elaborados em impressos próprios, adquiridos na Escola mediante pagamento ou retirados do *site* da Escola (www.esenf.ipvc.pt), e devem ser entregues nos Serviços Académicos contra recibo ou enviados por correio com aviso de recepção, dentro do prazo fixado no n.º 10 deste edital para:

Presidente do conselho directivo da Escola Superior de Enfermagem de Viana do Castelo, Rua de D. Moisés Alves de Pinho, 4900-314 Viana do Castelo.

6 — Rejeição liminar — serão rejeitadas liminarmente as candidaturas que não satisfaçam o disposto no presente edital e no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem, observado o disposto no seu artigo 20.º

7 — Seriação — a seriação dos candidatos à frequência do curso é feita através de análise curricular, efectuada por júri nomeado para o efeito, com base nas regras e critérios de seriação fixadas (anexo II).

8 — Resultados da seriação — os resultados do processo de seriação são tornados públicos através de edital onde consta a lista ordenada dos candidatos admitidos e não admitidos à matrícula e inscrição, afixado no *placard* dos Serviços Académicos e publicitado no *site* da Escola.

9 — Reclamações:

9.1 — Do resultado final da candidatura os candidatos podem apresentar reclamação, devidamente fundamentada, dirigida ao presidente do conselho directivo no prazo fixado neste edital.

9.2 — São liminarmente indeferidas as reclamações não fundamentadas, bem como as entregues fora de prazo.

9.3 — Quando, na sequência do provimento de uma reclamação, um candidato não colocado venha a ficar situado na lista dos candidatos em posição de colocado tem direito à colocação, mesmo que para tal seja necessário criar vaga adicional.

9.4 — A rectificação da colocação abrange apenas o candidato cuja reclamação foi provida, não tendo qualquer efeito sobre os restantes candidatos, colocados ou não.

10 — Prazos — os prazos fixados para os diversos procedimentos são os seguintes:

Procedimentos	Prazos	
	De	A
Apresentação da candidatura	12-11-2007	16-11-2007
Afixação da lista dos candidatos rejeitados liminarmente		7-12-2007
Seriação dos candidatos	10-12-2007	19-1-2008
Afixação da lista dos candidatos admitidos e não admitidos		24-1-2008
Pedido de consulta de processo	25-1-2008	29-1-2008
Apresentação de reclamações	25-1-2008	1-2-2008
Apreciação das reclamações	4-2-2008	11-2-2008
Formalização de matrícula e inscrição	13-2-2008	20-2-2008

11 — Devolução de processo — aos candidatos que não ficarem colocados será devolvido o processo de candidatura.

12 — Emolumentos — pela candidatura são devidos emolumentos de € 50.

O custo dos impressos constantes deste edital é de € 10, se adquiridos na Escola.

Matrícula e inscrição — € 50.

Propinas — € 2750/ano, a pagar em 11 prestações no valor de € 250/mês.

24 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ermelinda Miranda Ribeiro Jaques*.

Edital n.º 980/2007

Abertura do concurso para admissão à candidatura ao II Curso de Pós-Licenciatura de Especialização em Enfermagem de Reabilitação (CPLEER) — 2008-2010

1 — Condições de candidatura — podem candidatar-se à matrícula e inscrição os enfermeiros que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

a) Ser titular do grau de licenciatura em Enfermagem ou equivalente legal;